

EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO ESTOQUE A PARTIR DO CPC 16 (R1): UMA ANÁLISE DE EMPRESAS LISTADAS ENTRE AS MAIORES EM VENDAS.

Autor: Leonardo Cândido Félix

Orientador: Prof. Carlos Adriano Santos Gomes

RESUMO

Com as alterações ocorridas no âmbito das legislações contábeis internacionais, no Brasil, foram promulgadas normas essenciais para a harmonização. As regulamentações das peculiaridades destas normas são realizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. O presente artigo tem por objetivo analisar o nível de conformidade do ativo estoque aos critérios de divulgação estabelecidos pelo CPC 16 (R1) nos maiores grupos brasileiros em vendas. Para o alcance do objetivo principal, foram selecionadas as 18 maiores empresas em vendas, de capital aberto e listadas na BM&FBovespa para observar se os demonstrativos estão de acordo com os aspectos de divulgação exigidos pelo CPC 16. Em relação ao aspecto metodológico, esta pesquisa quanto aos objetivos apresenta-se como descritiva, quanto aos procedimentos bibliográfica e documental e quanto a análise do problema enquadra-se como qualitativa. Foram analisadas especificamente as exigências de divulgação relacionadas ao grupo de estoques, fundamentando-se pelo CPC 16, e validado nas empresas selecionadas. Averiguou-se que as empresas, em relação ao que pronunciamento exige sobre divulgação, atendem aproximadamente em sua totalidade.

Palavras chave: Estoques, CPC 16, Evidenciação

1. INTRODUÇÃO

Os estoques, de acordo com Silva e Madeira (2004), correspondem a todos os bens e materiais mantidos por uma organização para suprir demandas futuras. Com esta definição, percebe-se que a relevância dos estoques está justificada na sua intrínseca participação com o campo operacional das empresas, que de fato, é extremamente importante para a prosperidade e continuidade de uma organização.

A importância dos estoques para as empresas reside no aspecto qualitativo da informação gerada pela sua gestão. No campo gerencial, de acordo com Martins (2001), os estoques podem contribuir de forma positiva na melhoria dos serviços para o cliente, na geração de economia de escala, na proteção da entidade de mudanças de preços em detrimento de inflações, na proteção de possíveis reduções na demanda e na proteção de contingências diversas.

De acordo com Gianesi e Biazzi (2011) a função do estoque decorre da necessidade de atender a um processo de demanda a partir de um processo de suprimento.

Outras funções dos estoques, citadas por Silva e Madeira (2004), são a de alimentar a produção e suprir as vendas. Naquela função, visam permitir produção sem paradas decorrentes por problemas no abastecimento e com isso melhorar a eficiência do processo produtivo. Na função de suprir vendas, os estoques visam atender as flutuações da demanda e com isso melhorar o nível do serviço ao cliente.

Silva e Madeira (2004) apontam que a gestão dos estoques tem reflexos diretos e significativos na eficiência produtiva e nas finanças das empresas. Por isso, a utilização dos estoques de forma eficiente tem sempre que estar alinhada ao alcance da satisfação dos clientes e da redução dos custos operacionais, servindo, assim, como diferencial para as

organizações continuarem ganhando espaço no mercado atual que é bastante competitivo, globalizado e concorrido.

Diante de um cenário de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o tratamento contábil dos estoques sofreu mudanças significativas com relação a sua mensuração, pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, e aos seus critérios de evidenciação. Desta forma, faz-se necessário que o processo de geração de informações em relação aos estoques esteja em conformidade com o dispositivo legal que regula este ativo.

Na regulamentação internacional, em relação aos estoques foi emitido o IAS 2, no âmbito brasileiro, correlacionado com o CPC 16, que possui o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os estoques. Desta forma, ele presta orientações sobre a determinação do valor de custo dos estoques, sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado e bem como a divulgação de informações específicas sobre esse elemento patrimonial.

Considerando-se que os estoques representam um ativo valioso para as empresas industriais e comerciais e que existe a obrigatoriedade das publicações de empresas de capital aberto no Brasil a partir de 2010, o presente estudo procura responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de conformidade do ativo estoque a partir do CPC 16 (R1) nos maiores grupos brasileiros por nível de vendas?

Considerando-se o problema de pesquisa apresentado, tem-se como objetivo geral analisar o nível de conformidade do ativo estoque aos critérios de divulgação estabelecidos pelo CPC 16 (R1) nos maiores grupos brasileiros em vendas.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010) os estoques são relevantes para as organizações industriais e comerciais, pois correspondem ao bem mais importante do capital circulante e de sua posição financeira. Em face disto, o presente estudo busca contribuir para a visualização das obrigatoriedades no que tange divulgação deste ativo.

Este artigo está estruturado em seções, cobrindo os seguintes tópicos: referencial teórico acerca dos temas estoques, relevância da divulgação e estudos empíricos anteriores acerca do tema; metodologia da pesquisa; descrição da análise dos dados e, na última seção, síntese conclusiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estoques

De acordo com Iudícibus *et al.* (2010) os estoques consistem em bens tangíveis ou intangíveis adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal de suas atividades.

Slack, Chambers e Johnston (2008) conceituam estoque como acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação.

Viana (2002) afirma que o conceito de estoques é muito elástico. Para ele, do ponto de vista tradicional, pode ser considerado como representativo de matérias-primas, produtos semiacabados, componentes para montagem, sobressalentes, produtos acabados, materiais administrativos e suprimentos variados.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010) os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira da maioria das companhias industriais e comerciais. Esta afirmação retrata a importância do estoque em uma empresa, pois além do valor financeiro nele contido, também é ele o combustível das empresas, seja ela para comercialização ou fabricação.

O pronunciamento técnico CPC 16 define que os estoques são ativos: mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda e na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. A Lei das S.A complementa definindo que este ativo corresponde a direitos que tiverem por objetivo mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens de almoxarifado.

De forma mais abrangente, Scariot (2011) compreende que estoques são: os bens adquiridos e destinados para venda, incluindo, mercadorias compradas por um varejista para revenda, terrenos e/ou imóveis para revender, produtos acabados e/ou em processo de produção, matérias-primas e materiais utilizados no processo de produção, tais como, embalagens e material de consumo.

2.1.1 Tipologia

De acordo com Filho (2006), a atividade da empresa, o porte e a natureza dos produtos fabricados afetam diretamente na classificação dos estoques.

Desta forma, existe uma diferenciação entre os estoques de empresas comerciais, de prestadoras de serviço e de indústrias. Para empresas comerciais eles podem ser classificados como produtos adquiridos para revenda, enquanto nas prestadoras de serviço eles podem aparecer como materiais ou suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços e nas empresas industriais essa classificação ganha complexidade devido aos diversos processos existentes para chegar ao produto final. Assim, para empresas industriais a gama de contas é maior que nos demais tipos de empreendimentos.

O Quadro 01 a seguir apresenta a classificação e descrição dos principais tipos de estoques sugeridos por Iudícibus *et al.* (2010):

Quadro 01 – Classificações dos estoques

| Tipo | Descrição |
|--|--|
| Produtos acabados | Deve representar aqueles já terminados e oriundos da própria produção da empresa e disponíveis para venda. |
| Produtos em elaboração | Representa a totalidade das matérias-primas já requisitadas que estão em processo de transformação. |
| Materiais de acondicionamento e embalagem | Engloba os estoques de materiais que se destinam à embalagem do produto ou a seu acondicionamento para remessa. |
| Materiais de manutenção e suprimento gerais | Encontram-se os materiais utilizados para a manutenção de máquinas, equipamentos, edifícios etc. |
| Mercadorias para revenda | Inclui todos os produtos adquiridos de terceiros para revenda, que não sofrem nenhum processo de transformação na empresa. |
| Matérias-Primas | Abriga todas as matérias-primas que são essenciais que sofrem transformação no processo produtivo. |
| Materiais auxiliares | Inclui todos os materiais de menor importância utilizados no processo industrial. |
| Almoxarifado | Engloba os materiais de consumo geral, podendo incluir produtos de alimentação do pessoal, materiais de expediente, peças em geral e uma variedade de itens. |

Fonte: Iudícibus *et al.* (2010)

Silva e Madeira (2004) afirmam que os estoques podem ser determinados ou classificados em várias formas, como: matéria-prima, produto em processo, produto acabado,

materiais e embalagens e produtos necessários para a manutenção, reparo e suprimentos de operações, não necessariamente estando ligados ao processo produtivo.

Diversos autores versão sobre a classificação dos estoques. Alguns apresentam uma forma mais gerencial e outros apresentam sob a ótica contábil. Tendo em vista a afirmação anterior de Filho (2006) de que a tipologia ou classificação dos estoques em qualquer empresa dependerá das características operacionais da mesma, ou seja, a atividade que ela desempenhará, o porte de suas operações e a natureza de fabricação de seus produtos, Iudícibus *et al.* (2010) indica em sua literatura, sob a ótica contábil, as classificações básicas dos estoques para qualquer empresas que possua fins comerciais, industriais ou a prestação de serviços e em seguida faz inferências sobre os tipos de estoques.

Pozo (2002) defende a classificação dos estoques em: almoxarifado de matéria prima, almoxarifado de materiais auxiliares, almoxarifado de manutenção e almoxarifado de produtos intermediário. Esta terminologia utilizada por Pozo (2002) não torna a sua classificação diferente de Iudícibus *et al.* (2010), pois algumas classificações possuem nomenclaturas diferentes mas o mesmo sentido para as empresas. Onde este coloca como apenas matéria prima, aquele trata como almoxarifado de matérias primas. Outras semelhanças são: matérias de manutenção e suprimento gerais e almoxarifado de manutenção, produtos em elaboração e almoxarifado de produtos intermediários e materiais auxiliares e almoxarifado de materiais auxiliares.

Com uma visão mais gerencial sobre os estoques, Ballou (2006) os classifica como: estoques no canal (trânsito), estoques para especulação (matéria-prima), estoques regular ou cíclico, estoques de segurança e estoques obsoletos, mortos ou reduzidos. É perceptível que análise feita por ele sobre este ativo tem um cunho mais gerencial, voltado para o gerenciamento de cadeias produtivas e até mesmo logística empresarial.

Outra abordagem gerencial sobre a classificação dos estoques é feita por Slack *et al.* (1999), que classificaram os estoques como: estoque isolador, estoque de ciclo, estoque de antecipação e estoque de canal. O estoque isolador é o mesmo estoque de segurança defendido por Ballou (2006), possui o propósito de compensar as incertezas inerentes a fornecimento e demanda. Por sua vez os estoques de ciclo, também defendido por Ballou (2006), surgem quando a empresa produz em lotes de diferentes produtos. Portanto os estoques de ciclo são responsáveis por atender a demanda média durante a conclusão do lote entre os sucessivos abastecimentos. Os estoques de antecipação são criados para compensar as diferenças entre os processos de demanda e fornecimento. Os estoques de canal, também defendido por Ballou (2006), consistem nos estoques em trânsito no período de fornecimento.

Outra classificação encontrada e mais sucinta dos estoques foi a de Bowersox e Closs (2001), que dividem os estoques em produção, varejo e atacado.

2.1.2 Controle dos estoques

Segundo Martins (2003, p. 334), o controle dos estoques é necessário para que haja sempre um nível de material suficiente para o alcance do objetivo operacional da empresa. Slack (1999, p. 232) define o controle como procedimento de ajustes que permitem que as operações fabris atinjam os objetivos estabelecidos pelo planejamento.

De acordo com Dias (2009, p. 25), o controle dos estoques tem por objetivos:

- a. Determinar o que deve permanecer em estoque;
- b. Determinar quando se devem reabastecer os estoques;
- c. Determinar quanto de estoque será necessário para um período predeterminado;
- d. Alertar o departamento de compras para executar aquisição de estoque;

- e. Receber, armazenar e guardar os materiais estocados de acordo com as necessidades;
- f. Controlar os estoques em termos de quantidade e valor;
- g. Manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados;
- h. Identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados.

Como modelo de controle dos estoques Franco (1997, p 334) afirma que o método de controle por meio de inventários é imprescindível para as empresas. Para ele, o inventário físico representa um procedimento de controle que tem por objetivo a apuração da quantidade física do estoques juntamente com a comparação dos registros contábeis de estoque.

Desta forma, os inventários de estoques podem ser periódicos e permanentes. De acordo com Iudícibus *et al.* (2010) o primeiro é um sistema de inventário que é utilizado por empresas que não possuem o controle contínuo de seus estoques. Sua denominação de periódico é pelo fato de ser realizado quando é necessária uma informação sobre os estoques, como exemplo: cálculo do resultado e encerramento de balanços. Já o segundo trata-se de um sistema de inventário que, permanentemente, é capaz de gerar informações quanto aos estoques. Sua denominação é proveniente desta sua característica de prestar informações de forma intempestiva.

Outras formas de controle dos estoques, sob uma visão mais gerencial, são: o controle de estoques por ponto de pedido e o controle dos estoques por revisões periódicas. Citadas por Turbino (2006), o primeiro consiste em estabelecer uma quantidade de itens em estoque, chamada de ponto de pedido ou de reposição, que, quando atingida, dá partida ao processo de reposição do item em uma quantidade preestabelecida. O segundo modelo, diferente do primeiro, trabalha estipulando datas nas quais serão analisadas a demanda e as demais condições do estoque, para que depois decida sobre a reposição desses itens de estoques.

Ballou (2006), defensor de métodos capazes de controlar coletivamente grupos de itens de estoque, cita como métodos o giro do estoque e a classificação ABC de produtos. O giro dos estoques corresponde a um método mais simples de controle agregado que utiliza a razão das vendas anuais ao custo do estoque e o investimento médio em estoques para decidir sobre as reposições de materiais. Já a classificação abc consiste na diferenciação produtos em um número limitado de categorias e depois aplicar uma política de estoques separada para cada uma dessas categorias.

2.1.3 Mensuração dos estoques

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoque, para fins de mensuração, os estoques objeto do dispositivo devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Iudícibus *et al.* (2010) afirma que a principal diferença entre o valor realizável líquido e o valor justo é que o primeiro representa o montante líquido que a entidade espera realizar no decurso normal de suas atividades, ou seja, este montante representa um valor específico relacionado à entidade, enquanto o valor justo representa o montante que poderia ser obtido pelos mesmos estoques quando trocados no mercado, não estando, portanto relacionado com as características específicas da entidade.

O CPC 16 afirma que os estoques devem incluir todos os custos de aquisição, de transformação e outros custos incorridos necessários para levá-los à condição e localização de fabricação e venda.

Os custos de aquisição dos estoques, segundo o CPC 16, compreendem o preço de compra, os impostos de importações e outros tributos (exceto os recuperáveis), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Ele ainda afirma que os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos no cálculo dos custos de aquisição.

Os custos de transformação dos estoques, de acordo com o pronunciamento CPC 16, correspondem aqueles diretamente relacionados com as linhas de produção. Também integra os custos de transformação, a alocação sistemática de custos indiretos de fabricação que sejam incorridos para a transformação dos materiais em produtos acabados.

No item 15 do pronunciamento CPC 16 é abordado a questão dos outros custos, que não sejam os de aquisição e de transformação e devem ser inclusos nos custos dos estoques na medida em que eles sejam incorridos para colocar os estoques no seu local e condição atuais.

2.1.4 Relevância dos estoques e da sua gestão

Ballou (2006) descreve os estoques como acumulações de matérias-primas, suprimentos, componentes, materiais em processo e produtos acabados que surgem em numerosos pontos do canal de produção e logística das empresas. Desta maneira, a relevância deste ativo para as empresas segundo Iudícibus *et al.* (2010) é o fato de estarem intimamente ligados às principais áreas de operação das companhias e pelo fato de receberem vultosos investimentos.

Gianesi e Biazzi (2011) apontam que a função dos estoques decorre em atender um processo de demanda a partir de um procedimento de suprimento. Já Sanvicente (1987) afirma que a função dos estoques é formar um elo entre as etapas de aquisição e venda (empresas comerciais) e as de aquisição, transformação e venda (empresas industriais).

Outra função citada por Sanvicente (1987) é que os estoques funcionam como amortecedores das entradas e saídas entre duas etapas dos processos de comercialização e produção, desta forma, o autor entende que os estoques podem contribuir para minimizar os efeitos de erros de planejamento e oscilações inesperadas de oferta e demanda, bem como para ajudar a isolar ou diminuir a interdependência de todas as partes da organização.

Turbino (2006), sob a ótica gerencial, identifica uma série de funções para as quais os estoques são criados, dentre quais, garantir a independência entre as etapas produtivas, permitir uma produção constante, possibilitar o uso de lotes econômicos, reduzir possíveis percas de tempo produtivo e garantir vantagens de preço.

A gestão dos estoques é de fundamental importância para a sobrevivência das empresas, assim defendem Martins e Alt (2009) que descrevem os estoques como um ponto de vantagem competitiva de uma empresa em relação à outra e sua administração eficiente deverá ser bastante lucrativa.

O controle da conta de estoque é determinante para medir o resultado da empresa, ou seja, uma organização pode determinar seu resultado controlando o seu custo. Assim, a avaliação dos estoques no início e no fim do período contábil poderá refletir diretamente e positivamente na apuração do Lucro Líquido de cada exercício.

2.2 Relevâncias da divulgação

A contabilidade tem o objetivo primordial de permitir a cada grupo principal de usuários da informação contábil, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade,

num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. (MARION, 2009).

As formas de evidenciação podem variar, mas a essência de apresentar a informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível ficar de fora dos demonstrativos formais a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário, é sempre a mesma.

Braga (2009) diz que as demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas com o objetivo de fornecer informações úteis para o processo decisório e avaliações pelos seus usuários de forma em geral.

O dispositivo que estabelece diretrizes sobre os estoques é o pronunciamento técnico CPC 16. A resolução CFC nº 1.170/2009, afirma que o objetivo deste pronunciamento é de esclarecer o tratamento contábil para os estoques, bem como as divulgações a eles relacionadas.

De acordo com CPC 16 deverão conter nos demonstrativos acerca de informações sobre os estoques (CPC,2014):

- a. As políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
- b. O valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
- c. O valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;
- d. O valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- e. O valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período;
- f. O valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período;
- g. As circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques; e
- h. O montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

O Pronunciamento técnico 16 em sua redação sobre a divulgação, afirma que qualquer informação relativa aos valores dos estoques registrados em suas diferentes classificações e a proporção de alterações nesses ativos é útil para os usuários das demonstrações contábeis.

2.3 Estudos empíricos anteriores acerca do tema

Nesta seção serão abordados estudos realizados anteriormente relacionados com a temática do ativo estoque e do CPC 16 - estoques.

Gianesi e Biazzi(2011) abordaram a necessidade das empresas terem uma visão estratégica e sistêmica na gestão de estoques, visando identificar os conflitos de interesse associados aos estoques, originados da atuação das áreas de operações, finanças e marketing, descobrindo como aperfeiçoar o desempenho global da empresa. No fim desta pesquisa são apresentadas análises de sensibilidade que indicam caminhos possíveis para melhorar o desempenho global.

Ainda na temática da gestão dos estoques Silva e Madeira (2004) apresentam um estudo que objetiva apresentar o papel da gestão dos estoques nas organizações modernas e sua relação com a lucratividade das mesmas de acordo com as premissas contábeis, gerenciais e administrativas. Ao final do trabalho conclui-se que a contabilidade e administração de

materiais possuem um vínculo estreito no ponto de vista da qualificação e evolução dos movimentos organizacionais e suas tendências. Portanto tanto a administração quanto a contabilidade devem estar alinhadas à estratégia da empresa em seus processos e objetivos.

Thomaz; Kronbauer e Liszbinski (2013) analisaram a convergência das práticas contábeis no tratamento dos estoques no MERCOSUL e na Comunidade Andina. Eles analisaram uma amostra de trinta empresas industriais, selecionadas por intencionalidade e acessibilidade. Os dados obtidos nos sítios das comissões de mercados de valores em cada país foram sumarizados em quadros descrevendo-se a mensuração e evidenciação dos estoques. Nos resultados encontrados constataram-se práticas ainda muito heterogêneas, pois em alguns países a convergência é quase total à IAS 2 e, em outros, isso parece distante.

Souza *et al.* (2013) apresentam outro trabalho focado nesta área contábil dos estoques envolvendo o processo de convergência das normas contábeis. Esta pesquisa objetiva verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Dentro das práticas apresentadas, uma delas é relacionada aos critérios para avaliação de estoque apresentados pelas empresas do estudo. Para o alcance dos objetivos foram selecionadas empresas pertencentes aos cinco setores de maior representatividade econômica (de acordo com o total de ativos), excetuando-se o setor de finanças e seguros. Foi realizado um estudo de caráter exploratório, e com fontes documentais que consistem nas demonstrações financeiras anuais completas, referentes aos anos de 2007 e 2010, de cada uma das empresas abordadas. Ao final da pesquisa conclui-se que o principal critério de valoração de estoques, apresentado pelas empresas, é o do custo médio. Observa-se, ainda, o aumento no número de empresas que não indicaram o método de valoração de estoques nas políticas contábeis, tendo como destaque o setor de energia elétrica.

Os estudos apresentados anteriormente tratam basicamente da gestão dos estoques. Modificando o foco das pesquisas Silva *et al.* (2011) objetivaram em seus estudos elucidar o conceito de *fair value* ou valor justo aplicado a ativos tangíveis, particularmente o estoque e o ativo imobilizado. Para o alcance dos objetivos buscou-se correlacionar e diferenciar os termos em uso a partir de uma pesquisa na legislação vigente, em especial a partir da análise dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê competente. Ao fim do estudo, observou-se que a mensuração dos estoques segundo a abordagem internacional já se encontrava adequada na legislação brasileira. O que se percebe é que, confrontando os termos usados nas várias legislações e normativas emitidas (Leis 6404/76, 11.638/07 e 11941/09, normativas do IBRACON e CFC), embora todas estas estejam alinhadas na aplicação, algumas se referem ao termo “valor de mercado”, “valor justo”, enquanto outras já utilizam o termo internacional “net realisablevalue” (valor realizável líquido).

Scariot (2011) busca em seu estudo evidenciar se os estoques das empresas selecionadas são avaliados e apresentados em conformidade com a CPC 16. Para alcançar o principal objetivo foram identificadas as principais alterações legais trazidas pelo CPC 16, selecionaram-se quatro empresas de capital aberto para análise dos estoques. Foram analisadas especificamente as alterações relacionadas ao grupo de estoques, fundamentando-se pelo CPC 16, e validado nas empresas selecionadas. Contudo ao final da pesquisa averiguou-se que as empresas, em relação ao pronunciamento, atende aproximadamente em sua totalidade.

3. METODOLOGIA

De acordo com Silva (2005) a metodologia consiste em uma especialidade que estuda a origem, natureza, métodos e os limites do conhecimento observando os critérios que

orientam o trabalho científico, pois ela é um conjunto de procedimentos utilizados para a realização da pesquisa.

De acordo com Gil (2002) o método científico representa o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Em relação ao objetivo, o presente estudo traz como modalidade uma pesquisa descritiva, pois objetiva descrever e analisar as práticas contábeis observadas, procurando avaliar o estágio de evidenciação dos estoques. De acordo Gil (2002), este tipo de pesquisa busca, primordialmente, a descrição de dada população, ou mesmo o estabelecimento de variáveis. Ainda segundo o autor, uma pesquisa descritiva tem como uma de suas principais características, uma coleta de dados de forma padronizada.

Tratando-se de procedimentos, esta pesquisa enquadra-se em uma pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002, p.44) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Prodanov e Freitas (2013, p. 54), afirmam que bibliográfica é a pesquisa elaborada, tomando-se por base material já publicado (em geral revistas, publicações em periódicos, livros artigos científicos, dissertações, jornais, monografias, boletins teses, materiais cartográficos, internet), possibilitando o pesquisador a ter um contato direto com o que foi escrito sobre o assunto pesquisado.

Logo, a pesquisa em sua dimensão bibliográfica se deu por meio da consulta, na internet (realizando *download* de artigos científicos), de livros e dissertações, fato que remete a outra colocação dos autores, em relação à confiabilidade das informações adquiridas de forma eletrônica.

A dimensão documental é definida por Gil (2008) como a pesquisa de materiais que ainda não foram objeto de uma análise, ou mesmo de materiais que tendo recebido uma análise, são tratados de forma tal que permita ao pesquisador utilizar tais entendimentos, realizando assim uma análise mais direcionada, segundo a necessidade de sua pesquisa. Pelo fato deste estudo usar como documentos para o desenvolvimento da pesquisa, relatórios financeiros das empresas listadas na BM&FBovespa referentes ao exercício de 2013, logo documentos já analisados por parte de seus gestores, entende-se que o procedimento utilizado neste estudo faz dela uma pesquisa documental de fonte secundária.

Foram analisadas empresas com ações negociadas na BM&FBovespa no ano de 2013 e que dispuseram suas demonstrações. O número de empresas estudadas foi de 18 e os relatórios foram retirados do endereço eletrônico oficial da citada entidade.

Com o levantamento dos dados pode-se perceber que dos 50 maiores grupos brasileiros em vendas, listados pela revista Exame Maiores & Melhores edição julho de 2014, apenas 18 são de capital aberto e apresentam registro na BM&FBovespa. Desta maneira, a amostra a ser analisada foi de 18 empresas.

Por tratar-se de uma pesquisa que identificará a adequação ou não dos demonstrativos das empresas aos padrões legalmente exigidos pelo CPC 16 no que tange a divulgação dos estoques por meio da análise do conteúdo contido nos relatório contábeis, pode-se então caracterizar o presente estudo quanto à sua natureza, como qualitativa.

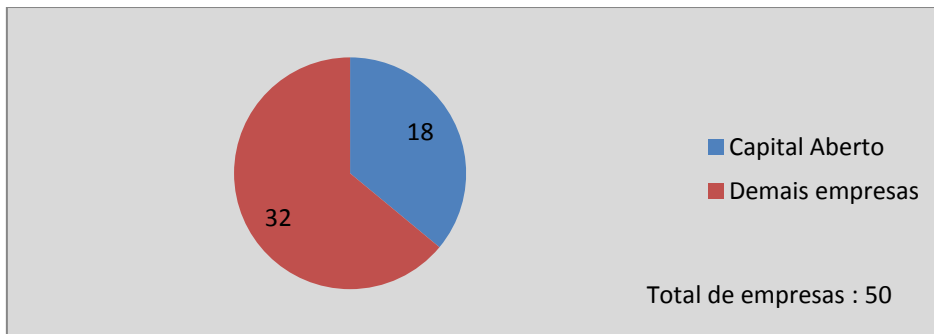
A análise de conteúdo, a qual Campos (2004, p. 1) se refere como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, foi realizada por meio da interpretação das informações contidas nos demonstrativos contábeis que permitiram a classificação e análise da evidenciação do ativo estoque.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados dos dados coletados junto às demonstrações financeiras das empresas em análise. Foram verificados os relatórios anuais do exercício de 2013 extraídos do sítio da Bolsa de Valores de São Paulo.

Inicialmente, a amostra da presente pesquisa continha os 50 maiores grupos brasileiros de acordo com o volume de vendas. Estes dados foram disponibilizados pela revista Exame Maiores & Melhores e incluem tanto empresas que são de capital aberto como inclui as que não são de capital aberto. Desta forma, o gráfico abaixo segrega esses 50 grupos em capital aberto ou não.

Gráfico 01 – Maiores empresas em vendas



Fonte: Dados pesquisa (2014)

O presente estudo focaliza-se nas empresas de capital aberto e que possuam suas demonstrações publicadas no sítio da Bolsa de Valores de São Paulo. Com esta condição a amostra afunila-se em 18 empresas, demonstradas no quadro 02.

Após a coleta de dados das empresas, foi utilizado o método de *checklist* e uma tabela para verificar se as empresas analisadas estão atendendo aos critérios estabelecidos pelo CPC 16 no que tange a divulgação dos dados sobre os estoques, para tal foi estabelecido o escore “1” para atende, “0” para não atende, “na” para não se aplica e “ni” para não informa.

Quadro 02 – Empresas de capital aberto selecionadas para análise

| Ordem | Posição | Empresa | Ordem | Posição | Empresa |
|-------|---------|-----------|-------|---------|--------------------|
| 1 | 1 | Petrobrás | 10 | 22 | Gerdau Aços Longos |
| 2 | 2 | Vale | 11 | 33 | Whirlpool |
| 3 | 3 | BRF | 12 | 36 | Natura |
| 4 | 7 | Braskem | 13 | 38 | Souza Cruz |
| 5 | 9 | JBS | 14 | 39 | Paranapanema |
| 6 | 12 | Ambev | 15 | 42 | Suzano |
| 7 | 13 | CSN | 16 | 43 | Heringer |
| 8 | 19 | Usiminas | 17 | 45 | Valefert |
| 9 | 21 | Embraer | 18 | 49 | Andrade Gutierrez |

Fonte: Dados pesquisa (2014)

Segundo o CPC 16 os itens sobre estoques a serem demonstrados nos relatórios das empresas são:

- a. As políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;

- b. O valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
- c. O valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;
- d. O valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- e. O valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período;
- f. O valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período;
- g. As circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques; e
- h. O montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

A tabela 01, a seguir, expõe as 18 empresas em análise e os aspectos de divulgação exigidos pelo CPC 16.

Tabela 01 – Aspectos de divulgação aplicados nas empresas em análise

| Empresas selecionadas para o estudo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|
| Aspectos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | T.E | % |
| a | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 17 | 94 |
| b | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 18 | 100 |
| c | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 17 | 94 |
| d | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 15 | 83 |
| e | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 16 | 89 |
| f | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 12 | 67 |
| g | 0 | 0 | 0 | ni | 0 | 0 | 0 | ni | 0 | 0 | 0 | ni | ni | 0 | 0 | 0 | 0 | ni | 0 | 0 |
| h | 1 | na | 1 | na | 1 | na | na | 1 | na | na | na | na | na | na | na | Na | na | 0 | 4 | 80 |
| T.E | 7 | 6 | 7 | 3 | 4 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 5 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 2 | | |
| % | 88 | 86 | 88 | 50 | 50 | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 83 | 83 | 86 | 86 | 86 | 86 | 29 | | |

Fonte: Dados pesquisa (2014)

De maneira geral observa-se que há um bom nível de atenção aos elementos de evidenciação exigidos pelo CPC 16. Com variações entre 67% e 100% de adequação nas 18 empresas pesquisadas, a única exceção é o item “g” que não foi divulgado por nenhuma das 18 empresas.

O aspecto “b” (correspondente ao valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade) é o mais atendido pelas empresas do estudo, sendo divulgado em 100 % dos demonstrativos analisados.

Por sua vez os itens “a” (a divulgação das políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados pela empresa) e “c” (a divulgação do valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda), são apresentados em 94 % dos relatórios consultados.

Os critérios “d” (O valor de estoques reconhecido como despesa durante o período), “e” (O valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período) e “f” (O valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período), foram apresentados nas demonstrações, respectivamente, em cerca de 83%, 89% e 67%. O que explica essa proximidade dos quesitos “d” e “e”, é o fato deles serem

condicionados entre si. Onde o quesito “e” (a divulgação do valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período), gerará obrigatoriamente o quesito “d” (a divulgação do valor de estoques reconhecido como despesa durante o período).

O aspecto “g” (apresentação das circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques) não foi evidenciado em nenhuma das demonstrações analisadas. Entretanto, nas empresas 4, 8, 12, 13 e 18, cerca de 28% da amostra, foi considerado que estes itens não foram informados pelo fato destas empresas não apresentarem reversões em suas provisões.

Por sua vez, o quesito “h” (apresentação do montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos) foi encontrado em 80% das demonstrações analisadas. Visto que a análise deste item é válido apenas para 5 empresas, pois em 13 das 18 empresas analisadas, ele é um item não aplicável pelo fato destas empresas apresentarem outras formas de garantia de seus passivos. Portanto o item “h” somente foi divulgado em 4 do total de 5 empresas atingindo os 80% de evidenciação.

Outra relevante informação acerca dos resultados da análise horizontal da Tabela 01, é que 88% dos itens exigidos pelo CPC 16 possuem o percentual superior a 60% de evidenciação nos relatórios analisados. Onde, somente o item “g” fica fora deste grupo.

Partindo para uma análise vertical na Tabela 01, é possível verificar que nenhuma das empresas analisadas atinge nota máxima quanto à divulgação dos aspectos exigidos pelo CPC 16. Este fato ocorre em razão do item “g” (as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques) não ter sido evidenciado por nenhuma delas.

A evidenciação do item “g” está diretamente atrelada a existência das reversões de provisões que reduzem o valor dos estoques. Portanto das 18 empresas analisadas, todas que não informaram o aspecto “g” foi por conta da não apresentação de reversões nos seus demonstrativos.

Apesar de não atingirem nota máxima, as empresas 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 apresentaram percentuais de evidenciação acima de 80% e foram consideradas no grupo das empresas que apresentaram um nível alto de atendimento.

As empresas 1 e 3, com percentuais de 88%, mostram-se a frente das demais empresas deste grupo, não evidenciando apenas o item “g” (As circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques).

Das empresas que apresentam um nível alto de atendimento, as empresas 2, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 16 e 17, atingiram o percentual de evidenciação de 86%. Um fato relevante é que a não evidenciação do quesito “g” e a apresentação do item “h” como não aplicável são comuns em todas elas. A análise feita nestas empresas utiliza o total de 7 itens devido o item “h” ser não aplicável. Portanto o percentual de 86% é justificado pelo fato destas empresas apresentarem 6 aspectos do total de 7.

Integrante do grupo de empresas que apresentaram um nível alto de atendimento, a empresa 8 possui o mesmo percentual de 86% de evidenciação mas difere das demais por apresentar o quesito “h” e apresentar o quesito “g” como não informado. A análise feita nesta empresa também utiliza o total de 7 itens devido o item “g” ser não informado.

Alcançando 83% de evidenciação, as empresas 12 e 13 apresentaram a não obediência ao item “f”, o item “g” não informado e o item “h” como não aplicável. A não aplicabilidade do item “h” é justificada pelo fato destas empresas não deixarem de informar tal item, pois elas simplesmente apresentaram ao invés de estoques como garantia, outros bens como

caução para as suas operações de crédito. A análise feita nestas empresas utiliza o total de 6 itens devido o item “g” ser não informado e o item “h” ser não aplicável. Portanto o percentual de 83% é justificado pelo fato destas empresas apresentarem 5 aspectos do total de 6.

As empresas 4 e 5 integram o grupo de nível médio de atendimento. Ambas possuem 50% das exigências atendidas. Um fato relevante é que tais empresas diferem na quantidade de escores obtidos, mas apresentam a mesma percentagem de evidenciação. Tal situação é justificada pelo fato da empresa 4 ser analisada tomando por base apenas seis itens e empresa 5 com a base de oito itens. Assim, a empresa 4 atingiu 3 do total de 6 dos aspectos (50%) e a empresa 5 atingiu 4 do total de 8 aspectos (50%). Outros fatos relevantes é que elas assemelham-se nos pontos atendidos e não atendidos, mas divergem no quesito “h”, onde na 4 ele é não aplicável e na 5 ele é apresentado nos demonstrativos. O quesito “g” representa também uma diferença entre as empresa, pois na 4 ele é considerado não informado e na 5 ele não é apresentado nos demonstrativos.

Representando o grupo do nível baixo de atendimento, a empresa 18 evidencia apenas os quesitos “b” (O valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade) e “e” (O valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período). A empresa não informa o quesito “g” (As circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques) que faz com que a quantidade de itens a serem avaliados na empresa caia para 7. Desta forma a quantidade de itens evidenciados é de 2 do total de 7 itens o que justifica os 29% de evidenciação da empresa.

A tabela a seguir disponibiliza a distribuição das empresas em análise por setores e revela as percentagens de adequação aos aspectos exigidos pelo CPC 16 – estoques.

Tabela 02 – Setores, empresas e percentagens de adequação

| Setor | Empresas | Porcentagem médio adequação |
|-------------------------|------------------|-----------------------------|
| Bens de Consumo | 3, 5, 6, 12 e 13 | 88%, 50%, 86%, 83% e 83% |
| Química e Petroquímica | 4, 16 e 17 | 50%, 86% e 86% |
| Siderurgia e Metalurgia | 7, 8, 10 e 14 | 86%, 86%, 86% e 86% |
| Mineração | 2 | 86% |
| Energia | 1 | 88% |
| Autoindústria | 9 | 86% |
| Eletroeletrônico | 11 | 86% |
| Papel e Celulose | 15 | 86% |
| Indústria da Construção | 18 | 29% |

Fonte: Dados pesquisa (2014)

Os setores de bens de consumo, química e petroquímica e siderurgia e metalurgia são os únicos setores que apresentam mais de uma empresa no estudo. Para encontrar os valores percentuais totais desses grupos foi adotada como cálculo uma média aritmética dos dados disponibilizados na tabela acima. Os demais grupos, que possuem apenas uma empresa de acordo com este estudo, foram utilizados os números que já constam na tabela acima, não necessitando de um tratamento dessas informações.

O setor de bens de consumo está pulverizado em cinco empresas, são elas: BRF, JBS, AmBev, Natura e Souza Cruz. Respectivamente, elas possuem a percentagem de adequação de: 88%, 50%, 86%, 83% e 83%. Efetuando a média sobre esses valores, encontra-se o percentual total de 78% para o setor de bens de consumo. Realizando o mesmo cálculo

no setor de química e petroquímica o percentual encontrado foi de 74%. Desta mesma forma o percentual do setor de siderurgia e metalurgia foi de 86%.

Analisando os dados já tratados, encontra-se que o setor de energia se apresenta frente aos demais com o percentual de evidenciação de 88%. Os setores de mineração, autoindústria, eletroeletrônico, papel e celulose e siderurgia e metalurgia apresentaram o mesmo percentual de 86% dos quesitos em suas demonstrações. Logo abaixo vem o setor de bens de consumo atingindo o percentual de 78% e o setor de química e petroquímica com 74% de evidenciação.

Em contrapartida, o setor que menos está adequado aos critérios do pronunciamento é o de Indústria da construção. A empresa Andrade Gutierrez, representante deste setor, apresenta em seus relatórios apenas 29% dos aspectos atendidos.

Cerca de 89% dos setores em análise apresentam mais de 70% dos aspectos evidenciados, significando que de 9 setores analisados apenas 1 apresenta um nível baixo de atendimento, tornando-se um excelente grau de atendimento aos critérios exigidos. A homogeneidade dos setores, quanto a evidenciação, é justificado pela pequena variação de evidenciação que vai de 74% a 88%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade em seu âmbito internacional vem passando por alteração em seu aspecto normativo, provocando nos países um movimento de convergência a estes novos padrões. Nos últimos anos, a contabilidade brasileira vem passando por um processo de convergência, tendo como mediador neste processo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Focando o CPC 16, que trata do estoques, pode-se observar com esta pesquisa que as empresas analisadas atendem consideravelmente os aspectos exigidos pelo pronunciamento no que tange a divulgação de informações acerca dos estoques.

Como resposta para a questão problema e objetivo geral desta pesquisa pode-se afirmar, de acordo com os dados coletados, que as determinações do CPC 16 com relação à divulgação estão sendo consideravelmente obedecidas, pois das 18 empresas analisadas apenas uma delas apresenta menos da metade das exigências divulgadas.

Conclui-se também que dos 9 setores analisados, apenas um deles, representado pela empresa Andrade Gutierrez, mostrou-se abaixo dos 50% de conformidade com os aspectos exigidos pelo CPC 16, atingindo apenas 29% de evidenciação. Os demais setores mostram-se bem atentos ao que este pronunciamento exige, apresentando um grande grau de homogeneidade com percentuais entre 74% a 88%.

Sugere-se como futuros estudos relacionados a esta pesquisa, uma investigação mais apurada sobre o atendimento das normas de divulgação exigidas pelo CPC 16, buscando avaliar os impactos gerados nos resultados, no patrimônio e no processo decisório.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, Ronald H., **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos:** planejamento, organização e logística empresarial. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística Empresarial:** o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis:** estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo:** ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev. bras. enferm. [online]. 2004, vol.57, n.5, pp. 611-614. ISSN 0034-7167.
- COMITÊ DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). Pronunciamento Técnico CPC 16. Julho, 2009. Recuperado de http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_16.pdf
- DIAS, Marco Aurélio P.. **Administração de Materiais:** Princípios, Conceitos e Gestão. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- GIANESI, Irineu Gustavo Nogueira; BIAZZI, Jorge Luis. Gestão estratégica dos estoques. **Revista de Administração**, v. 46, n. 3, art. 6, p. 290-304, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Contabilidade Introdutória.** 1ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Manual de contabilidade societária.** 11ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos:** Inclui o ABC. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- POZO, Hamilton, **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais:** uma abordagem logística. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.
- SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração financeira.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- SCARIOT, Fabíola. Estudo multicaso de conformidade de avaliação, mensuração e divulgação de estoques em relação ao CPC 16 das Normas Brasileira de Contabilidade. **Revista e-Estudante – Eletronic Accounting and Management – ISSN 1984-7378**, v.3, n.3 (2011)
- SEVERO FILHO, João. **Administração de logística integrada:** materiais, PCP e marketing [Em linha]. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais Ltda., 2006.
- SILVA, Adriane Fagundes Sacramento da; SILVA, Edilma Pinheiro; DENBERG, Mary Wanyssa dos Santos. Mensuração do Fair Value de ativos tangíveis: estoque e ativo imobilizado. **Revista Pensar Contábil**, v. 13, n. 51, art. 5, p. 48-55, 2011.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade.** 1ªEd. São Paulo: Atlas, 2005.
- SILVA, Cátia Beatriz Amara da; MADEIRA, Geová José. Gestão de estoques e lucro da empresa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 15, n. 2, p. 41-52, 2004.

SLACK, Nigel et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1999.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Júlia Alves; NETO, Alfredo Sarlo; VARGAS, Luiz Henrique Fernandes; DEMONIER, Gladyson Brommonschenkel. Práticas contábeis de empresas brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 3, p. 55-76, 2013.

THOMAZ, João Luis Peruchena; KRONBAUER, Clóvis Antônio; LISZBINSKI, Bianca Bigolin. As práticas contábeis relativas à mensuração e evidenciação dos estoques em empresas industriais do MERCOSUL e comunidade andina estão convergentes com a norma do IASB? **Revista contemporânea de contabilidade UFSC, Florianópolis**, v. 10, n. 21, p. 51-70, set./dez. 2013.

TURBINO, Dalvio Ferrari. **Manual de planejamento e controle da produção**. São Paulo: Atlas, 2006.